

**CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE: REFLEXÕES  
FILOSÓFICAS SOBRE O PERÍODO CLÁSSICO, MODERNO E PÓS-  
MODERNO**

**Fernanda Antônia Barbosa da Mota / UFPI**

**RESUMO**

Partimos do princípio que a Filosofia da Educação é tanto uma *abordagem* de temas educacionais a partir da reflexão filosófica quanto um *campo de investigação* no qual se estuda as teorias educacionais e as práticas pedagógicas a partir das idéias e doutrinas de alguns dos principais filósofos da tradição ocidental. Assim, o presente artigo tem como principal objetivo analisar, a partir de um viés histórico e com uma abordagem filosófica, questões acerca do conhecimento relacionando-as com a educação e a subjetividade nos períodos clássico, moderno e pós-moderno. Essa reflexão apresentada em nossa pesquisa foi fundamentada em autores como: SEVERINO (1994), GHIRALDELLI (2000), CHAÚÍ (1995), PORTO (2006), ARANHA (2006), entre outros. Para esses autores as questões do conhecimento, da educação e da subjetividade estão presentes na história da humanidade desde os primórdios como tentativa de explicação do ser e da realidade em geral. Dessa maneira, durante a trajetória de nossas reflexões iremos apresentar embates acerca do conhecimento, da educação e da subjetividade através das concepções de diversos autores que contribuíram significativamente no campo filosófico e educacional. Em seguida, chegamos à conclusão que é no interior dos problemas essencialmente filosóficos onde podemos encontrar os elementos que articulam filosofia e educação. Podemos constatar que é possível encontrar em cada momento histórico uma visão diferente de homem, de mundo e de conhecimento, mas o mais importante é que a filosofia está atrelada a educação em todos esses momentos, investigando, questionando e buscando sempre a superação das concepções que trazem limitações ao indivíduo e sua realidade.

Palavras-chave: Filosofia da educação. Conhecimento. Subjetividade. Educação.

**GT 21 – Filosofia da Educação****CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE: REFLEXÕES  
FILOSÓFICAS SOBRE O PERÍODO CLÁSSICO, MODERNO E PÓS-  
MODERNO****Fernanda Antônia Barbosa da Mota / UFPI****1. INTRODUÇÃO.**

O principal objetivo deste artigo é analisar, a partir de um viés histórico e com uma abordagem filosófica, questões acerca do conhecimento relacionando-as com a educação e a subjetividade nos períodos clássico, moderno e pós-moderno. Faremos essa reflexão fundamentada em autores como: SEVERINO (1994), GHIRALDELLI (2000), CHAUI (1995), PORTO (2006), ARANHA (2006), entre outros. Para esses autores as questões do conhecimento, da educação e da subjetividade estão presentes na história da humanidade desde os primórdios como tentativa de explicação do ser e da realidade. Assim, durante a trajetória de nossas reflexões iremos apresentar embates acerca do conhecimento, da educação e da subjetividade através das concepções de diversos autores que contribuíram significativamente no campo filosófico e educacional.

Segundo Severino (2000), se o processo do filosofar se dá “mediante uma reflexão sistemática da realidade”, então, é preciso entender a Filosofia da Educação “como o exercício de um pensar sistemático sobre a educação” (p. 269). Tomazetti relata ainda que:

A história da Filosofia registra que a educação sempre foi objeto da reflexão filosófica. Em alguns filósofos de forma mais enfática, em outros de maneira diluída em suas obras. A relação da Filosofia com a educação é, portanto, muito antiga (2003, p.17).

Assim, uma vez apontada a intrínseca relação entre as áreas da filosofia e da educação, passaremos à análise das questões acerca do conhecimento relacionadas com a educação e a subjetividade em três momentos: o clássico, o moderno e o pós-moderno.

## 2. SUBJETIVIDADE CLÁSSICA

SEVERINO (1994) afirma que a tentativa humana mais antiga de buscar uma explicação sistemática para o sentido das coisas, inclusive da própria humanidade e do mundo, foi o mito.

O mito não é algo absurdo, irracional, pré-lógico, como se diz muitas vezes! Ao contrário, ele é a expressão de uma primeira tentativa da consciência humana – querendo se libertar cada vez mais das incumbências quase instintivas de manutenção da vida – para “colocar ordem no mundo”. Afinal, o mundo lhe parecia um tanto caótico, sufocando os homens com sua magnitude, com sua bruta objetividade. Era preciso que tanta heterogeneidade, tanta multiplicidade, tanta “desordem” tivesse alguma ordenação! O mito é a primeira construção teórico-subjetiva do homem para pôr ordem nessa situação de aparente desordem. (p.68).

O mito foi a forma que o homem encontrou para a primeira ordenação do mundo, através de narrativas que tentavam dar respostas sobre a origem das coisas.

Na antiguidade Grega Clássica, por volta do século VI a. C., a filosofia ocidental foi inaugurada quando os primeiros filósofos perguntaram “O que é a realidade?”. Diferentemente dos pensadores míticos, que baseavam suas explicações em elementos sobrenaturais (deuses e monstros), alguns pré-socráticos responderam: o real é o Ser; e outros disseram: o real é a Natureza.

A partir dessas duas respostas diferentes, a filosofia tomou rumos distintos, como ontologia (investigação do ser) e como cosmologia (investigação do universo).

Os sofistas diante das diferenças e pluralidades dos conflitos anteriores, concluíram que não podemos conhecer a realidade, mas só podemos ter opiniões subjetivas sobre ela.

Segundo ARANHA (2006 p. 150), os sofistas eram educadores e o método deles era a retórica (arte de falar bem). Para eles, a verdade é uma questão de opinião e de persuasão (convencimento) e a linguagem é mais importante do que a percepção e o pensamento.

Na mesma época, Sócrates se opôs aos sofistas e criou um método que instigava as pessoas a pensar melhor. ARANHA (2006) descreve o método socrático assim:

No primeiro momento esse método – a *ironia*, que em grego significa “perguntar” – o filósofo desmonta as certezas solidificadas e abre caminho para o segundo passo, a *maieutica* (em grego “parto”), pela qual, na continuidade do questionamento, o sujeito “dará à luz” novas idéias que já se encontram no íntimo do indivíduo: cabe ao professor a função de auxiliar o reconhecimento do que já existe em cada um de nós. (p. 150).

Platão, que foi aluno de Sócrates, também é considerado o fundador do idealismo filosófico. Ele defende no diálogo *Mênon*, que o início do processo de conhecimento ocorre mediante a rememoração de idéias que já trazemos dentro de nós. Como relata PORTO (2006, p. 12), “*aprender sempre é rememorar*”. E também que:

Segundo Platão, a alma humana é imortal e “já nasceu várias vezes e viu tudo o que existe aqui e no outro mundo (Hades), não existindo nada que não tenha aprendido”. Entretanto, o que a alma apreende em suas várias vidas não é o conhecimento daquilo que é transitório no mundo, mas as verdades eternas e imutáveis, aquilo que Platão denomina idéias. (p.12-13).

Assim, segundo Platão, a educação consiste em um processo de *reminiscência*, pelo qual o mestre ajuda o indivíduo a se lembrar do que sua alma já conhecera antes de ser “aprisionada” pelos sentidos corporais, que sempre dificultam alcançar a verdade sobre as coisas.

Segundo CHAUI (1995), Aristóteles não apresenta uma ruptura entre o conhecimento sensível e o intelectual, mas estabelece uma continuidade entre eles: nosso conhecimento se dá através da acumulação das informações trazidas por todos os graus do conhecimento.

Para Aristóteles, toda a educação deve levar em conta o fato de o homem estar em constante devir. Assim, na obra *Política*, Aristóteles afirma que a função da educação é desenvolver todas as potencialidades intelectuais e morais dos cidadãos, visando atingir todas as excelências (virtudes) dos indivíduos.

Para Aristóteles as virtudes (excelências) de um ser racional são de dois tipos: a virtude *intelectual*, que existe em nós desde o nascimento, em potência e precisa ser desenvolvida por meio da educação; e a virtude *moral* que está ligada ao agir com moderação, prudência, e é adquirida pelo hábito e treinamento.

No período Medieval, a questão do conhecimento ainda é pensada de uma forma que não rompe com a concepção antiga. Os principais autores da época foram Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. A principal diferença, com relação aos filósofos gregos (que eles estudaram) foi a inserção do elemento teológico. A busca pelo conhecimento, por partes desses autores, tentava mesclar a razão e a fé.

Nessa época, a herança cultural greco-romana ficou restringida nos mosteiros. Assim, como o acesso ao conhecimento ficou restrito aos membros da Igreja, a educação também passou a ser fundamentada pelos valores teológicos. A filosofia, por exemplo, passou a ser utilizada como uma auxiliar da teologia, ou seja, a serviço da fé.

No entanto, a idéia de que a fé fazia chegar ao saber (sem oferecer a compreensão das coisas, sem entender o mecanismo ou funcionamento de tal fenômeno), incomodou os filósofos modernos.

### **3. SUBJETIVIDADE MODERNA.**

Segundo GHIRALDELLI (2006), se os antigos perguntaram “o que é a realidade?”, os modernos querem saber “como é possível o conhecimento do real?”. E colocaram entre o saber e o chamado objeto (real) a figura do sujeito. Com isso formularam um novo entendimento do existente e uma nova noção de verdade.

O pensamento de DESCARTES (1973) estruturou-se sobre as seguintes noções: dualismo, idealismo, subjetivismo e sujeito do conhecimento. Afirmou com radicalidade a separação entre corpo (substância material) e mente (substância pensante).

E o caminho determinante dessa separação desemboca na separação entre sujeito e objeto. Nessa separação, o sujeito ganha autonomia diante do objeto e o objeto só passa a ter existência diante do sujeito.

Entendendo aqui o sujeito como exclusivamente o pensamento. Por isso o pensamento cartesiano era idealista, pois se construía a partir das idéias.

A realidade só era realidade no espírito ou no sujeito. E esse sujeito passou a ter o papel de ordenador do conhecimento, fazendo com que o homem passasse a fundar na subjetividade todo conhecimento.

Na concepção de CHAUI (1995), o empirismo de Locke e Hume se opõe ao racionalismo e recusa as idéias inatas como explicação para os fundamentos do conhecimento. A crítica ao sujeito pensante cartesiano é feita no sentido de demonstrar que nenhuma idéia é independente da nossa experiência.

No empirismo, a mente não tem idéias inatas, mas nela opera a *reflexão*: que é a capacidade que a mente possui de trabalhar as percepções derivadas de nossa *sensação*. A mente seria como uma folha em branco na qual a experiência escreve suas marcas.

Na comparação entre as meditações cartesianas e a *Profissão de fé do Vigário saboiano*, texto que encontra na obra “Emílio” de Rousseau, podemos perceber claramente o quanto o critério de verdade em Rousseau, nada tem a ver com a evidência de ordem intelectual, sendo deslocada para o plano da sensibilidade moral.

GHIRALDELLI (2006) afirma que se a verdade em Descartes é dada ao sujeito do conhecimento, em Rousseau, ela se põe deslocada, acessada por uma subjetividade mais individualizada,

Para ROUSSEAU (1999) a verdade não encontra porto seguro em um sujeito propriamente dito, mas na pessoa. Na medida em que, avaliada por uma subjetividade que nada mais é que uma consciência moral, organizada à base dos sentimentos.

Na obra *Crítica da Razão Pura*, em que trata do **conhecimento**, Kant retoma o debate acerca do conhecimento entre os racionalistas e os empiristas, e elabora uma nova teoria para os limites da razão.

Kant vai mostrar que não existem dois caminhos, mas ao contrário, o conhecimento é um ato único com duas dimensões, uma empírica e uma teórica.

De modo geral, Kant explica que o conteúdo do conhecimento parte das impressões sensíveis (como queriam os empiristas), mas esse conteúdo para ser conhecido precisa ser devidamente organizado na consciência (que dá procedência à perspectiva idealista de Descartes). Portanto, a forma que o conteúdo assume é fornecida pela subjetividade do sujeito que conhece.

As investigações acerca da subjetividade indicam um ponto de vista comum: a idéia de que todos os seres humanos são racionais e conscientes. Segundo CHAUI (1995), o legado moderno da concepção de subjetividade é constituído por quatro formas de consciência: o eu, a pessoa, o cidadão e o sujeito epistemológico.

1) Do ponto de vista psicológico, a consciência como *eu*, é a consciência psicológica, o centro de todos os estados psíquicos e é formada por todas nossas vivências.

2) Do ponto de vista ético e moral, a consciência como *pessoa*, é a nossa capacidade de agir livre e racionalmente, de debater, escolher e agir de acordo com nossa vontade e nossas responsabilidades (inclusive para com os outros).

3) Do ponto de vista político, a consciência como *cidadão* é o indivíduo que, enquanto membro de uma determinada classe social e de uma determinada sociedade, na qual está inserido, pode usufruir de direitos e submeter as leis da esfera pública do poder.

4) Do ponto de vista epistemológico, a consciência reflexiva (sensível e intelectual) ou como sujeito epistemológico (sujeito do conhecimento), é a instância que analisa, sintetiza, representa e confere significado à realidade. É a atividade humana

responsável pela descrição, explicação e interpretação da realidade e das outras três esferas da consciência.

#### 4. SUBJETIVIDADE PÓS-MODERNA.

A pós-modernidade começa com a crítica aos valores centrais da modernidade. Como observa LYOTARD (2002), essa incerteza diante das coisas leva inclusive, os docentes a questionarem a finalidade de sua atividade.

A formulação da chamada atitude filosófica *pós-moderna* é definida na obra A condição pós-moderna, do francês Lyotard que defende a tentativa de superação da metodologia, dos pressupostos epistemológicos e das categorias de pensamento da modernidade, os valores centrais da modernidade, a ênfase na ciência como modelo de saber (a partir de Descartes), a ênfase na problemática da verdade e do conhecimento, a formulação de grandes sistemas e quadros teóricos, a importância da política institucional (a partir do Iluminismo), a tarefa legitimadora da filosofia (como fundamentação de todas as outras áreas do saber), todos esses elementos são considerados esgotados, devendo ser postos de lado em nome de um saber que valorize mais a criatividade, a inspiração e o sentimento (que são valores estéticos), de modo que tais valores passem a tomar o lugar do científico e do político no mundo atual.

Assim, para GADOTTI (2002): há uma “crise de paradigmas, faltam referenciais”. Para ele, isso é explicado a partir da “desilusão causada por uma racionalização que levou o homem à tragédia das guerras e da desumanização”. Temas que aparecem nos escritos do filósofo alemão Theodor Adorno e do filósofo e educador brasileiro Paulo Freire.

A filosofia de Adorno [...] junto com a teoria educacional de Paulo Freire, inspirou os criadores da Pedagogia Crítica, principalmente na crítica que esses teóricos fazem à *razão científica*, afirmando que é pouco reflexiva e sobrepondo a ela a *razão dialética*, que, além de crítica, inclui a subjetividade e a cultura nas análises educacionais. (PORTO, 2006, p.38).

Segundo PORTO (2006), na obra “Dialética do Esclarecimento”, escrita junto com Horkheimer, Adorno analisa o processo pelo qual a barbárie deriva da civilização. Para ele, a civilização surge da necessidade que o homem tem de dominar a natureza (externa e interna a si).

Para dominar a natureza externa, ele aprimora a técnica.

Para dominar a sua própria natureza ele reprime seus desejos e vontades. E quanto maior é a força para reprimi-los, mais pressão eles exercem para vir à tona.

E quando isso acontece, o caminho está preparado para a irrupção da barbárie, pois o selvagem que se encontra adormecido no homem civilizado, ao despertar, tem a seu dispor todo o poder destrutivo da tecnologia – aquilo que a civilização criou para dominar a natureza volta-se contra ela própria.

No ensaio, “Educação após Auschwitz”, ADORNO (1995) diz que a principal tarefa da educação é evitar que a civilização se torne seu oposto: a barbárie. Esse tenso processo é analisado a partir do conceito de esclarecimento. Para PORTO (2006), ele prefere o termo *esclarecer* em vez de *racionalizar*, para explicar que sua tarefa é crítica em relação ao próprio pensar.

Enquanto o sentido de *ser racional* é simplesmente pensar; *ser consciente* é pensar criticamente a própria realidade e seus conteúdos. Assim, a educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma *reflexão crítica*.

Na concepção de FREIRE (1987), se observa dois aspectos fundamentais: o diálogo e a conscientização. Para ele, o homem não deve ser considerado objeto e sim sujeito de sua própria história. Então, era necessário trabalhar para a “conscientização do homem” frente aos problemas nacionais e engajá-lo na luta política.

FREIRE (1987) classificou a educação convencional como “bancária”, uma educação calcada numa “ideologia de opressão” que considera o aluno como alguém despossuído de qualquer saber e, por isso, destinado a se tornar depósito dos dogmas do professor. Ele acreditava que todo ato educativo é um ato político e que o educador deveria colocar sua ação político-pedagógica a serviço da transformação da sociedade, problematizar as situações vividas pelos educandos e promover a passagem da “consciência ingênua” para a “consciência crítica”.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As questões do conhecimento, da educação e da subjetividade acompanham a própria evolução do pensamento humano. Se no período clássico a subjetividade serviu para investigar a realidade sem questionar o processo de apreensão do conhecimento, no período moderno tais processos são examinados, dando ênfase à razão, isto é, ao sujeito do conhecimento. Posteriormente, vimos que a tarefa dos teóricos pós-modernos foi



crítica em relação à racionalidade e suas idéias consistiram em tentar resgatar a unidade entre história e sujeito que foi perdida durante o racionalismo moderno.

Vimos então que a educação está presente em todos os períodos filosóficos, mesmo que não seja de forma sistematizada, pois a questão da natureza do conhecimento remete ao ato de educar, isto é, aos processos educacionais de ensino e aprendizagem. Assim, a subjetividade não pode ser desvinculada do próprio indivíduo, pois é o sujeito que está no centro do processo de educar.

Desta forma, a educação é vista como algo inerente à filosofia que, através de seus temas busca a reflexão de seus problemas no interior da filosofia tornando-se assim, uma instância provocadora da filosofia e legitimando a disciplina filosofia da educação que fornece aos educadores bases filosóficas e educacionais para entender e refletir sobre a educação de seu tempo.

**REFERÊNCIAS**

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARANHA, M. de A. **Filosofia da educação**. 3ª. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

DESCARTES, R. Discurso do método. In: **Discurso do método e outros textos**. 3.ed. Trad. J. Guinsburg; B. Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p.25-71.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

GHIRALDELLI JR, P. **O que é filosofia da educação**. 2ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

PORTO, L. S. **Filosofia da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da Educação**. 2. ed. Trad. R. Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1994.

TOMAZETTI, E. M. **Filosofia da Educação**: um estudo sobre a história da disciplina no Brasil. Ijuí, Ed. Unijuí, 2003.